

NEWSLETTER DIGESTO N.º 12/2017

Disponibilização: 19 de junho de 2017

Período abrangido: 5 a 16 de junho de 2017



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração Local
2. Administração Pública
3. Agricultura, Caça e Pescas
 - Florestas
 - Veterinária
 - Vitivinicultura
4. Ambiente
5. Cidadãos com necessidades especiais
6. Comércio
7. Cultura
8. Defesa/Forças Armadas
9. Energia
10. Finanças
 - Contribuições e Impostos
 - Questões Orçamentais
11. Governo
12. Habitação
13. Indústria
14. Justiça
15. Regiões Autónomas
 - Açores
 - Madeira
16. Saúde
17. Trabalho

Apresentação de um diploma tratado pelo DIGESTO

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

[Lei n.º 39/2017, de 5 de junho](#)
(Assembleia da República)

Altera os limites territoriais das freguesias de Bairro e Delães do município de Vila Nova de Famalicão.

[Lei n.º 40/2017, de 5 de junho](#)
(Assembleia da República)

Altera os limites territoriais das freguesias de Pedrouços e Rio Tinto dos concelhos da Maia e de Gondomar.

[Lei n.º 41/2017, de 6 de junho](#)
(Assembleia da República)

Altera os limites territoriais das freguesias de Delães e Oliveira São Mateus, do município de Vila Nova de Famalicão.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2017, de 6 de junho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a centralização da compra de energia na Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

[Portaria n.º 189/2017, de 7 de junho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à segunda alteração da Portaria n.º 201/2015, de 10 de julho, que estabelece o regime de aplicação da operação n.º 3.4.2, «Melhoria da eficiência dos regadios existentes», inserido na ação n.º 3.4, «Infraestruturas coletivas», da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», integrada na área n.º 2, «Competitividade e organização da produção», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

- FLORESTAS

[Decreto-Lei n.º 64/2017, de 12 de junho](#)

(Economia)

Aprova o regime para novas centrais de biomassa florestal, definindo, ao mesmo tempo, medidas de apoio e incentivo destinadas a assegurar a sua concretização, com o objetivo fundamental da defesa da floresta, do ordenamento e preservação florestais, e do combate aos incêndios.

[Decreto-Lei n.º 65/2017, de 12 de junho](#)

(Ambiente)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, que aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal.

[Decreto-Lei n.º 66/2017, de 12 de junho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece o regime jurídico de reconhecimento das entidades de gestão florestal.

[Decreto-Lei n.º 67/2017, de 12 de junho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, que estabelece o regime de criação das zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores do seu funcionamento e extinção.

- VETERINÁRIA

[Despacho n.º 5165-A/2017, de 8 de junho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)

Aprova a tabela de preços dos serviços e das determinações analíticas realizados pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária.

- VITIVINICULTURA

[Aviso n.º 6450/2017, de 7 de junho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.)

Publica o modelo dos selos de garantia emitidos pela Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, a fim de serem utilizados nos produtos vitivinícolas com a Denominação de Origem Vinho Verde, de uvas colhidas e vinificadas em Monção e/ou Melgaço, com menção da sub-região na rotulagem e engarrafados por agentes económicos da sub-região.

4. AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 61/2017, de 9 de junho](#)
(Ambiente)

Procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE), traspondo para a ordem jurídica interna as Diretivas Delegadas n.º 2016/585, da Comissão, de 12 de fevereiro de 2016, 2016/1028, da Comissão, de 19 de abril de 2016 e n.º 2016/1029, da Comissão, de 19 de abril de 2016.

5. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

[Deliberação n.º 475/2017, de 7 de junho](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.)

Publica o Regulamento de apoio financeiro ao funcionamento às organizações não-governamentais das pessoas com deficiência (ONGPD).

6. COMÉRCIO

[Decreto-Lei n.º 57/2017, de 9 de junho](#)
(Planeamento e das Infraestruturas)

Estabelece o regime da disponibilização no mercado, da colocação em serviço e da utilização de equipamentos de rádio, traspondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/53/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

7. CULTURA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2017, de 5 de junho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina a recuperação da Fortaleza de Peniche e a criação de um museu nacional dedicado à luta pela liberdade e pela democracia.

8. DEFESA/FORÇAS ARMADAS

[Decreto-Lei n.º 56/2017, de 9 de junho](#)
(Defesa Nacional)

Procede à sexta alteração à Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, que simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2017/433, da Comissão, de 7 de março de 2017.

9. ENERGIA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2017, de 5 de junho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina novos prazos para a celebração dos contratos de concessão no âmbito do aproveitamento hidroelétrico de Fridão, e prorroga as medidas preventivas que incidem sobre determinadas áreas dos municípios por ele abrangidos.

[Decreto-Lei n.º 60/2017, de 9 de junho](#)

(Economia)

Estabelece o enquadramento para a implantação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos, a fim de minimizar a dependência em relação ao petróleo e de atenuar o impacto ambiental dos transportes, transpondo para ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/94/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro.

10. FINANÇAS

[Despacho n.º 5238-A/2017, de 12 de junho](#)

(Finanças e Economia - Gabinetes dos Secretários de Estado do Tesouro e da Energia)

Fixa os montantes alocados ao Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético (FSSSE).

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[Portaria n.º 191/2017, de 16 de junho](#)

(Finanças)

Aprova o novo modelo de impresso de declaração e respetivas instruções, designado por Declaração de Operações Transfronteiriças (Modelo 38), para cumprimento da obrigação referida nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 63.º-A da lei geral tributária.

- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

[Decreto-Lei n.º 55/2017, de 5 de junho](#)

(Finanças)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017.

11. GOVERNO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2017, de 5 de junho](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a candidatura da República Portuguesa a sede da Agência Europeia do Medicamento.

12. HABITAÇÃO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2017, de 5 de junho](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à criação do livro de obra eletrónico e à extinção da Ficha Técnica de Habitação.

13. INDÚSTRIA

[Decreto-Lei n.º 58/2017, de 9 de junho](#) (Economia)

Estabelece os requisitos aplicáveis à conceção, fabrico e colocação no mercado de ascensores e de componentes de segurança para ascensores, transpondo a Diretiva n.º 2014/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014.

[Decreto-Lei n.º 59/2017, de 9 de junho](#) (Economia)

Procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 43/2011, de 24 de março, que estabelece as regras de segurança dos brinquedos disponibilizados no mercado, transpondo para a ordem jurídica nacional as Diretivas (UE) n.ºs 2015/2115, 2015/2116 e 2015/2117, da Comissão, de 23 de novembro de 2015.

[Decreto-Lei n.º 62/2017, de 9 de junho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece o regime aplicável à composição, rotulagem e comercialização do leite, dos produtos derivados do leite e aos produtos extraídos do leite, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/2203, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

[Decreto-Lei n.º 63/2017, de 9 de junho](#)

(Mar)

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/90/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, relativa aos equipamentos marítimos visando melhorar a segurança no mar, prevenir a poluição do meio marinho através da aplicação uniforme dos instrumentos internacionais relevantes relativos aos equipamentos marítimos a instalar a bordo dos navios que arvoram a bandeira nacional e, ao mesmo tempo, garantir a livre circulação desses equipamentos no território nacional, bem como da sua livre circulação na União Europeia (UE).

14. JUSTIÇA

[Despacho n.º 5075/2017, de 7 de junho](#)

(Justiça - Gabinete da Secretária de Estado da Justiça)

Desenvolve um projeto-piloto com o objetivo de implementar a medida de declaração de nascimento online em sítio da Internet da área da Justiça.

[Lei n.º 42/2017, de 14 de junho](#)

(Assembleia da República)

Estabelece o regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local e precede à terceira alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.

Lei n.º 43/2017, de 14 de junho
(Assembleia da República)

Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, procede à quarta alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano, e à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.

Decreto-Lei n.º 68/2017, de 16 de junho
(Justiça)

Cria a Certidão Judicial Eletrónica, flexibiliza a emissão de certificados no âmbito do Registo Criminal Online e aumenta a capacidade do Sistema de Informação da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, procedendo à quarta alteração ao Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 171/2015, de 25 de agosto, que regulamenta e desenvolve o regime jurídico da identificação criminal e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 247-B/2008, de 30 de dezembro.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 4/2017, de 16 de junho
(Supremo Tribunal de Justiça)

Decide fixar jurisprudência nos seguintes termos: Tendo sido acordada a suspensão provisória do processo, nos termos do art. 281.º do Código de Processo Penal, com a injunção da proibição da condução de veículo automóvel, prevista no n.º 3 do preceito, caso aquela suspensão termine, prosseguindo o processo, ao abrigo do n.º 4, do art. 282.º, do mesmo Código, o tempo em que o arguido esteve privado da carta de condução não deve ser descontado, no tempo da pena acessória de inibição da faculdade de conduzir, aplicada na sentença condenatória que venha a ter lugar.

15. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2017/A, de 7 de junho](#)
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017.

- MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 15/2017/M, de 6 de junho](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Aprova o Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira.

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 15/2017/M, de 14 de junho](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Aprova a Conta da Região Autónoma da Madeira referente ao ano de 2015.

16. SAÚDE

[Portaria n.º 190/2017, de 9 de junho](#)
(Finanças e Saúde)

Procede à terceira alteração à Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho no âmbito da carreira especial médica.

[Despacho n.º 5264/2017, de 14 de junho](#)

(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Determina que a SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde divulga, através do Catálogo de Aprovisionamento Público da Saúde, todas as características dos produtos abrangidos por contratos públicos de aprovisionamento, que estabelecem as condições de fornecimento de Pensos Especiais.

[Deliberação n.º 524/2017, de 14 de junho](#)

(Saúde - INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.)

Altera o Regulamento sobre Notificação Prévia de transações de medicamentos para o exterior do país.

[Decreto-Lei n.º 69/2017, de 16 de junho](#)

(Saúde)

Procede à transferência de atribuições relativas ao Contacto do Serviço Nacional de Saúde da Direção-Geral da Saúde para a SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

17. TRABALHO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2017, de 9 de junho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Define os critérios, procedimentos e indicadores a observar para a emissão de portarias de extensão de convenção coletiva.

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (Aprova a Lei do Cibercrime)

Dados Gerais:

Análise Jurídica	Lei n.º 109/2009
Dados Gerais	Lei n.º 109/2009
Informação Detalhada	Diário da República n.º 179/2009, Série I de 2009-09-15
Guias Práticos	Tipo Diploma: Lei
Newsletters Digesto	Número: 109/2009
	Data Assinatura: 2009-09-15
	Entidade(s) Emitente(s): Assembleia da República
	Fonte: DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE, Nº 179, de 2009-09-15, Pág. 6319 - 6325
	Entrada em Vigor: 2009-10-15, (30 dias após a sua publicação)
	NOTAS AOS DADOS GERAIS
	1 - Com excepção do disposto nos artigos 18.º e 19.º, as disposições processuais previstas no capítulo III, aplicam-se a processos relativos a crimes: a) Previstos na presente lei; b) Cometidos por meio de um sistema informático; ou c) Em relação aos quais seja necessário proceder à recolha de prova em suporte electrónico;
RESUMO	
	Aprova a Lei do Cibercrime, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão Quadro n.º 2005/222/JAI, do Conselho, de 24 de Fevereiro, relativa a ataques contra sistemas de informação, e adapta o direito interno à Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa.

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (Aprova a Lei do Cibercrime)

Normas Habilitantes:

APLICA/REGULAMENTA

Foram encontradas 6 associações.

Data	Texto
	Al. c) do artigo 161.º da CRP
2007-01-19	Dec Lei 11/2007 de 19-Jan, DR.IS [14]
2001-08-25	Lei 101/2001 de 25-Ago, DR.IS-A [197]
1999-08-31	Lei 144/99 de 31-Ago, DR.IS-A [203]
1998-10-26	Lei 67/98 de 26-Out, DR.IS-A [247]
1987-02-17	Dec Lei 78/87 de 17-Fev, DR.IS [40]

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (Aprova a Lei do Cibercrime)

Aplicado por/Regulamentado por:



The screenshot shows the Digesto website interface. On the left is a navigation menu with categories like 'Análise Jurídica', 'Dados Gerais', 'Informação Detalhada', 'Notas Pessoais', 'Guias Práticos', 'Newsletters Digesto', 'Direito Comunitário', 'Regulamentação', 'Modificações', 'Retificações', and 'Outras Bases de Dados'. The main content area is titled 'Lei n.º 109/2009' and displays the following information:

- Diário da República n.º 179/2009, Série I de 2009-09-15
- Outros Tipos: Actos de Aplicação (dropdown menu) with a 'Pesquisar' button.
- APLICADO POR/REGULAMENTADO POR
- Foi encontrada 1 associação.
- A table with columns 'Data', 'Texto', and 'Diploma'.

Data	Texto	Diploma
2010-08-16	PORT.694/2010.16.08.2010.MAI, DR.IS [158] de 16.08.2010(Arts. 12.º e 18.º)	Portaria n.º 694/2010 - Diário da República n.º 158/2010, Série I de 2010-08-16

Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (Aprova a Lei do Cibercrime)

Direito Comunitário:



Análise Jurídica

- Lei n.º 109/2009
- Dados Gerais
- Informação Detalhada**
- Notas Pessoais
- Guias Práticos
- Newsletters Digesto

Direito Comunitário

- Regulamentação
- Modificações
- Retificações
- Outras Bases de Dados
- Parlamento
- Exportar
- Imprimir

Lei n.º 109/2009

Diário da República n.º 179/2009, Série I de 2009-09-15

Outros Tipos:

DIREITO COMUNITÁRIO

Foi encontrada 1 associação.

Data	Texto
2005-03-16	Decisão Quadro n.º 2005/222/JAI, do Conselho, de 16 de Março

[Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (Aprova a Lei do Cibercrime)

Modificações Produzidas

MODIFICAÇÕES PRODUZIDAS


Foi encontrada 1 associação.

Data	Texto
1991-08-17	Revoga, a partir de 15.10.2009, a Lei 109/91, de 17-Ago, DR.IS-A [188]

 [Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (Aprova a Lei do Cibercrime)

Acesso à base de dados PLC - Processo Legislativo Comum da Assembleia da República:
(histórico da Lei desde a iniciativa até à sua publicação):

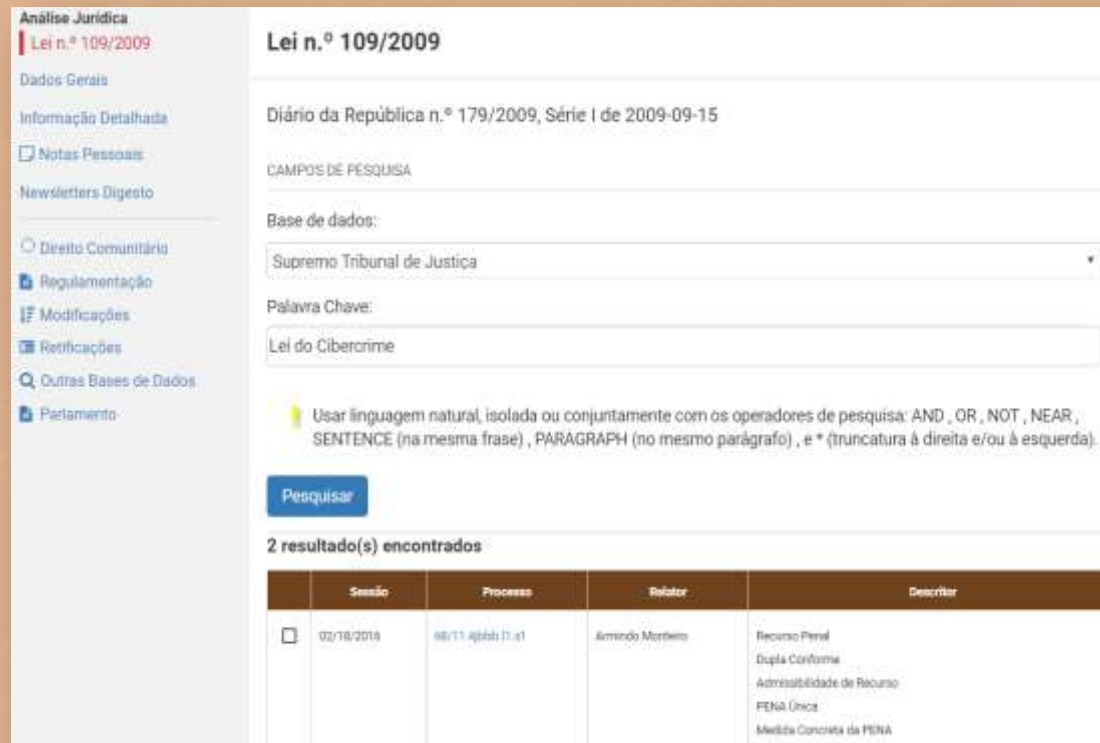


The screenshot shows a web interface for the legal database. On the left is a navigation menu with the following items: 'Análise Jurídica' (with a sub-item 'Lei n.º 109/2009'), 'Dados Gerais', 'Informação Detalhada', 'Notas Pessoais', 'Newsletters Digesto', 'Direito Comunitário', 'Regulamentação', 'Modificações', 'Retificações', 'Outras Bases de Dados', and 'Parlamento'. The main content area is titled 'Lei n.º 109/2009' and contains the following information:

- Diário da República n.º 179/2009, Série I de 2009-09-15
- PARLAMENTO
- Proposta de Lei 289/X: Aprova a Lei do Cibercrime, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro n.º 2005/222/JAI do Conselho, de 24 de Fevereiro de 2005, relativa a ataques contra sistemas de informação, e adapta o Direito interno à Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa.
- Autoria
 - Governo
- 2009-05-20 | Entrada
- 2009-05-21 | Admissão
- 2009-05-21 | Baixa comissão distribuição inicial generalidade
- 2009-05-22 | Anúncio
- 2009-05-23 | Publicação

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (Aprova a Lei do Cibercrime)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Principais Tribunais (1):



The screenshot shows the Digesto website interface for searching legal documents. On the left is a navigation menu with options like 'Análise Jurídica', 'Dados Gerais', and 'Informação Detalhada'. The main content area is titled 'Lei n.º 109/2009' and shows the document's origin: 'Diário da República n.º 179/2009, Série I de 2009-09-15'. Below this is a search section with a 'Base de dados' dropdown menu set to 'Supremo Tribunal de Justiça' and a 'Palavra Chave' field containing 'Lei do Cibercrime'. A search button labeled 'Pesquisar' is present. Below the search results, it indicates '2 resultado(s) encontrados' and displays a table with the following data:

	Sessão	Processo	Relator	Descrição
<input type="checkbox"/>	02/18/2018	98/11.4618/11.1	Armindo Morães	Recurso Penal Dupla Confirmação Admissibilidade de Recurso PENA Única Medida Concreta da PENA

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (Aprova a Lei do Cibercrime)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Principais Tribunais (2):

The screenshot shows the Digesto website interface. On the left is a navigation menu with options like 'Análise Jurídica', 'Dados Gerais', 'Informação Detalhada', 'Notas Pessoais', 'Newsletters Digesto', 'Direito Comunitário', 'Regulamentação', 'Modificações', 'Retificações', 'Outras Bases de Dados', and 'Parlamento'. The main content area is titled 'Lei n.º 109/2009' and shows the 'Diário da República n.º 179/2009, Série I de 2009-09-15'. Below this is a search section with a dropdown menu for 'Base de dados:' set to 'Tribunal da Relação do Porto' and a text input for 'Palavra Chave:' containing 'Lei do Cibercrime'. A search button labeled 'Pesquisar' is present. Below the search results, it states '15 resultado(s) encontrados' and displays a table with the following data:

	Sessão	Processo	Relator	Descrição
<input type="checkbox"/>	09/14/2016	2172/09 (Anexo 01)	Ernesto Nascimento	Burla Informática Falsidade Informática Concurso REAL

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (Aprova a Lei do Cibercrime)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Principais Tribunais (3):



The screenshot shows the search interface for the Lei n.º 109/2009 on the Digesto website. The left sidebar contains navigation options such as 'Análise Jurídica', 'Dados Gerais', and 'Informação Detalhada'. The main content area displays the title 'Lei n.º 109/2009' and the source 'Diário da República n.º 179/2009, Série I de 2009-09-15'. Below this, there is a search section with a dropdown menu for 'Base de dados' set to 'Tribunal da Relação de Lisboa' and a search box containing 'Lei do Cibercrime'. A search button labeled 'Pesquisar' is visible. Below the search box, there is a note about search operators: 'Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND, OR, NOT, NEAR, SENTENCE (na mesma frase), PARAGRAPH (no mesmo parágrafo), e * (truncatura à direita e/ou à esquerda)'. The search results section shows '13 resultado(s) encontrados' and a table with one row of results.

	Sessão	Processo	Relator	Descrição
<input type="checkbox"/>	01/17/2017	89/14.AA/2016.11.5	CID-Sarmento	CASO Julgado Formal

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (Aprova a Lei do Cibercrime)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Principais Tribunais (4):



The screenshot shows the Digesto website interface for searching legal documents. On the left is a navigation menu with options like 'Análise Jurídica', 'Dados Gerais', and 'Informação Detalhada'. The main content area is titled 'Lei n.º 109/2009' and shows the document's origin as 'Diário da República n.º 179/2009, Série I de 2009-09-15'. Below this is a search section with a 'CAMPOS DE PESQUISA' header. It includes a 'Base de dados:' dropdown menu set to 'Tribunal da Relação de Coimbra' and a 'Palavra Chave:' text box containing 'Lei do Cibercrime'. A search button labeled 'Pesquisar' is present. Below the search results, it indicates '9 resultado(s) encontrados'. A table shows the first result with a checkbox, the date '11/16/2016', a link to '30281', and a list of legal categories: 'Processos', 'Requerimento', 'Aligamento', 'Cominação', 'Requisitos', 'Tributação', 'Processo Penal', and 'Incidentes Arbitrais'.

Base de dados	Palavra Chave
Tribunal da Relação de Coimbra	Lei do Cibercrime

9 resultado(s) encontrados

Seleção	Data	Identificador	Assunto
<input type="checkbox"/>	11/16/2016	30281	Processos Requerimento Aligamento Cominação Requisitos Tributação Processo Penal Incidentes Arbitrais

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (Aprova a Lei do Cibercrime)

Pareceres da Procuradoria-Geral da República:

Análise Jurídica
Lei n.º 109/2009
Dados Gerais
Informação Detalhada
 Notas Pessoais
Newsletters Digesto

Direito Comunitário
 Regulamentação
 Modificações
 Retificações
 Outras Bases de Dados
 Parlamento

Lei n.º 109/2009

Diário da República n.º 179/2009, Série I de 2009-09-15

CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:
Procuradoria Geral da República

Palavra Chave:
Lei do Cibercrime

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

3 resultado(s) encontrados

	Data Writação	Parecer	RE	1º Descritor	Relator
<input type="checkbox"/>	01/26/2012	P000112011	1494b	Software	Manuel Matos
<input type="checkbox"/>	01/04/2013	P000452012	2034b	Investigação Criminal	Paulo DA Mesquita
<input type="checkbox"/>	09/07/2009	P000792008	804B	Telecomunicações	Fernco Coutinho

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão